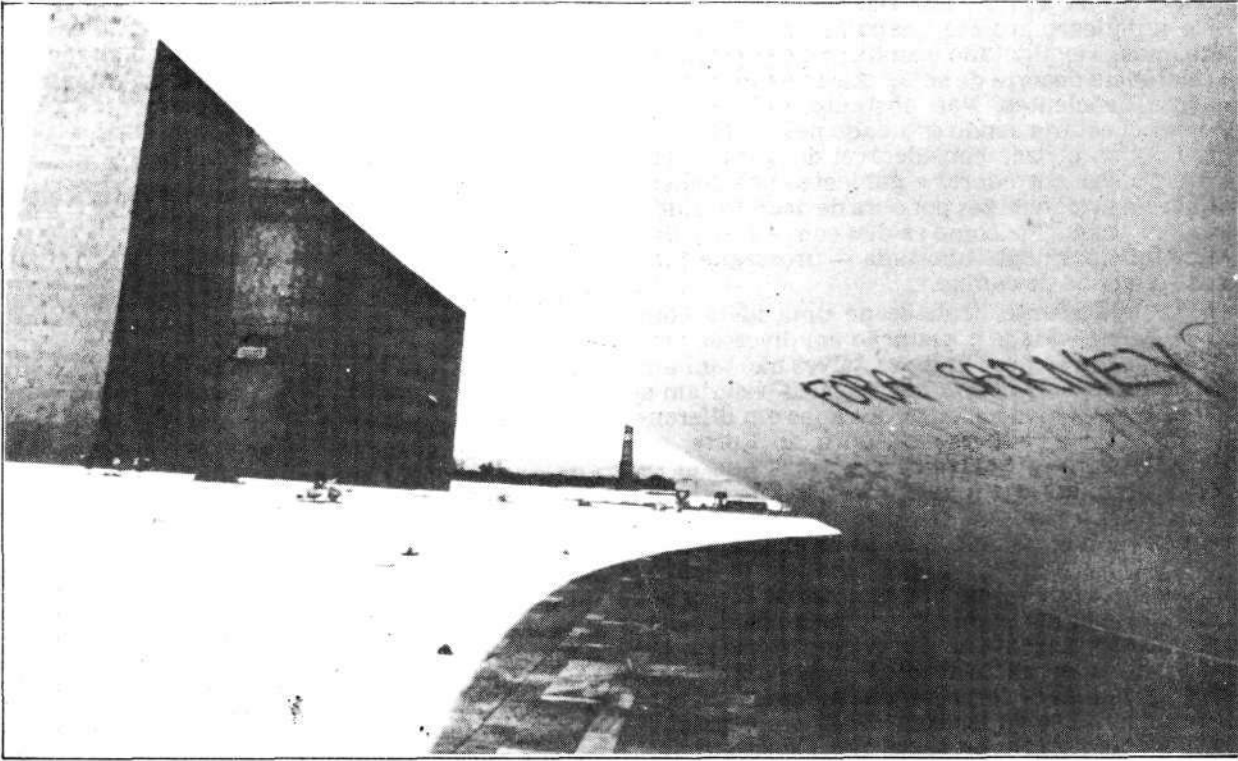


POLÍTICA

MELHORA A POPULARIDADE DE SARNNEY (E ele já fala grosso com o bloco da barganha)



Apesar do aumento de popularidade anunciado ontem pelo presidente Sarney, os grafiteiros de Brasília deixaram seu protesto no Senado. Após um festivo piquenique na madrugada.

“Quem quiser romper, rompa”, desafiou Sarney, mostrando uma pesquisa em que sua popularidade cresceu 37%.



Maciel com Sarney: nada de rompimento.

O presidente Sarney admite ser seu propósito fortalecer e ampliar as forças políticas que o apóiam. “Mas não pode coagir nem submeter-se à coação. Quem quiser romper com o governo, rompa. O governo não pode nem pensar em obrigar alguém a apoiá-lo” — foi a advertência presidencial transmitida ontem, em Brasília, por seu porta-voz Frota Neto. Sarney decidiu falar grosso com os setores que o vêm pressionando em troca de apoio, mesmo porque está embalado pelos resultados de uma pesquisa Gallup, feita em São Paulo, que constatou um aumento de 37 pontos percentuais na credibilidade do governo, desde a implantação do Plano Bresser, dia 12 de junho passado. (Veja também, na página 11, a reação de Sarney contra dirigentes desobedientes de estatais.)

De acordo com a pesquisa, mostrada ontem pelo próprio Sarney ao senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), durante audiência no Planalto, 48% de um total de 1.216 pessoas pesquisadas, têm confiança na capacidade do presidente para resolver questões econômicas, contra 11% antes do Plano Bresser. A mesma pesquisa mostra que 50% dos paulistas aprovam o Plano Bresser, 39% desaprovam e 11% não opinam, informou Frota Neto.

O porta-voz negou-se a dizer claramente a quem o recado de Sarney foi endereçado, embora desde cedo assessores palacianos antecipassem que o Planalto não deixaria sem resposta a ameaça do líder do PFL, deputado José Lourenço, acenando com a possibilidade de seu partido romper com o governo, caso Sarney não fizesse uma reforma ministerial beneficiando o PFL, em troca do apoio.

O senador Marcondes Gadelha acrescentou ainda alguns dados sobre a opinião presidencial a respeito do bloco suprapartidário de apoio ao governo: “Sua opinião é de que se um bloco assim vier a ser criado, ele deve sair de dentro do Congresso Nacional e não por estímulo ou orientação do Palácio do Planalto”.

Gadelha, que esteve com Sarney para dizer-lhe que o PDS, PTB, PDC e PFL estão dispostos a participar do bloco de apoio ao governo (apesar de desmentidos do PDS e do PDC), ponderou porém que o bloco “não terá, inicialmente, nenhuma participação no governo; mas se houver algum confronto, será natural que o próprio presidente pense em fazer alguns remanejamentos na sua equipe”. Ele viu também um presidente visivelmente otimista com os resultados da pesquisa Gallup sobre sua popularidade.

Rompimento não

De qualquer forma, a possibilidade de rompimento do PFL com o governo, acenada pelo líder José Lourenço caso o presidente não “prestige” mais o partido, foi afastada pelo próprio presidente do

partido, senador Marco Maciel (PE), que chegou a desautorizar Lourenço, depois de uma audiência com Sarney.

Maciel, na verdade, também foi pedir ao presidente maior participação do PFL no governo como prêmio pelo apoio que vem dando. Mas negou que tivesse pedido uma reforma ministerial, como anunciara Lourenço.

Sempre segundo o relato, de Maciel, Sarney ouviu suas reclamações contra a “pequena” participação do PFL no governo, reconheceu que o PFL tem problemas para atuar com o governo, entendeu as razões do partido e foi receptivo.

Mais tarde, ao lançar a campanha de filiação partidária e de criação de diretórios, Maciel foi mais claro: “O governo precisa estabelecer o seu sistema de apoio político-partidário, para poder concluir com êxito a transição e enfrentar a crise econômica”.

No PMDB

Apesar das reações de Sarney contra as coações, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), do “Centro Democrático”, confirmou que, anteontem, durante jantar com o presidente, este prometeu prestigiar a ampliação da Aliança Democrática, através da criação do bloco suprapartidário. Confirmou também que Sarney aceitou a proposta levada pelos líderes do grupo de substituir os ocupantes de cargos de segundo e terceiro escalões do governo pelos que o apóiam no Congresso. Com esses trunfos, segundo Cardoso Alves, os líderes do movimento pretendem negociar, a partir da próxima semana, a adesão não só de peemedebistas, mas também de integrantes de outros partidos.

No caso também há divergências de informações. Um assessor palaciano disse que se o “Centro Democrático”, liderado pelo deputado Carlos Sant’Anna (PMDB-BA), contasse seguramente com cem votos para Sarney, em qualquer circunstância o presidente já teria “fechado” com esse grupo. O assessor reconheceu que esse bloco está se formalizando, mas ressaltou que nem tudo que ele vem fazendo representa orientação presidencial.

O bloco dos contra

Além dos problemas com o Planalto, a formação do bloco suprapartidário tem inimigos importantes, não só no PMDB mas também

no PDS, no PDC e no próprio PFL. O líder pedessista Amaral Neto (RJ) já avisou que “o PDS não vai apoiar o governo de forma alguma”, limitando-se a tomar parte num outro bloco, exclusivamente ideológico, para atuar na Constituinte. O pefelista Alcení Guerra (PFL-PR) disse não acreditar na participação de seu partido no bloco; e o presidente do PL, deputado Alvaro Valle (RJ), também negou sua participação, o mesmo ocorrendo com o presidente do PDC, deputado José Maria Eymael (SP).

E Ulysses?

O PMDB, de seu lado, não vai ficar alheio à movimentação do PFL. O multipresidente Ulysses Guimarães deixou bem clara sua disposição de lutar pelos espaços ocupados pelo partido no governo: “Este assunto pertence a uma só pessoa, o presidente Sarney. Mas há influências decisivas das urnas, do povo, do cidadão. Foram as urnas do ano passado que nos trouxeram aqui”.

Já o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), ponderou que “fazer essa reforma ministerial que vem sendo forçada pelo PFL é colocar o presidente Sarney num rio de correnteza. E isso não vai dar certo. O PFL vai ter de dar ao presidente um caiaque”.

Fernando Henrique acusou o PFL de “fisiologismo”, e duvidou do tão propalado apoio que esse partido afirma vir dando ao governo: lembrou um levantamento dos pronunciamentos de parlamentares em maio, que mostrou ser bem maior o número de críticas a Sarney oriundas do PFL que do PMDB. E afirmou ser “frontalmente” contra a formação de um bloco apenas para apoiar o mandato de cinco anos para o presidente”.

Pelos seis anos

Ainda ontem, mais um dado veio aumentar a confusão dentro do PMDB. Em Belo Horizonte, o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, resolveu mudar de idéia e já não defende cinco anos de mandato para Sarney, mas seis anos, alegando que é isso que diz a Constituição vigente.

No Rio, em entrevista à TV Educativa, o governador da Bahia, Waldir Pires, disse que o mandato de Sarney vai depender do sucesso ou não do Plano Bresser.

CONSTITUINTE

Cardoso Alves anuncia: vem aí o grupo “Unidade Democrática”.

“Haverá gente do PMDB, do PFL, do PDS e do PDC. Terá de tudo. Só não sei o número certo. O nome do grupo poderá ser Unidade Democrática.” Assim o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) explicou o bloco suprapartidário que será instalado oficialmente no próximo dia 5 de agosto, às 19 horas, na sede urbana do Clube do Congresso, em Brasília. O Grupo de Unidade Democrática, segundo Cardoso Alves, está interessado na elaboração de uma nova Constituição, comprometida com a livre iniciativa e os ideais democráticos.

O deputado paulista está confiante na adesão de mais de 300 parlamentares constituintes — 150 do PMDB, 130 do PFL, 19 do PTB, 30 do PDS, 5 do PDC e 6 do PL, e até de integrantes dos partidos de esquerda.

Roberto Cardoso Alves garantiu que o “grupão” congregará “aqueles que querem a votação de uma Constituição moderna, não socialista, que obedeça ao figurino das nações mais adiantadas do uni-

verso, como Estados Unidos, Japão, Alemanha e França, e não ao da Albânia”.

CSN quer sobreviver

O Conselho de Segurança Nacional também pretende influenciar a elaboração da futura Carta, por não concordar com a solução dada pelo anteprojeto de Constituição aos problemas políticos e de segurança nacional. O anteprojeto criou o Conselho da República, responsável pela formulação da política de segurança nacional como também pelo referendo à dissolução da Câmara, nomeação do primeiro-ministro, declaração de guerra e celebração de paz, intervenção federal nos Estados e decretação do estado de sítio.

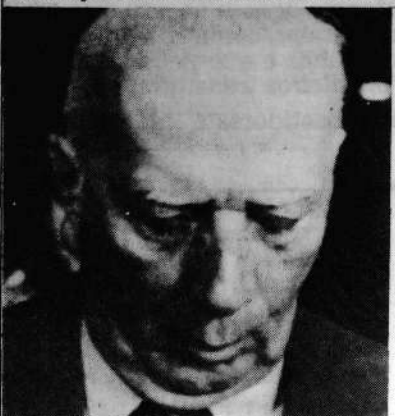
Por isso, o CSN decidiu patrocinar a emenda, assinada pelo deputado Konder Reis (PDS-SC), que defende sua proposta dizendo que a Comissão de Sistematização não poderia ter omitido no anteprojeto três artigos que viabilizam a existência do Conselho de Segurança Nacional, porque o tema foi aceito

em todos os estágios anteriores da Constituinte, inclusive na Subcomissão de Defesa do Estado e na Comissão Temática da Garantia das Instituições.

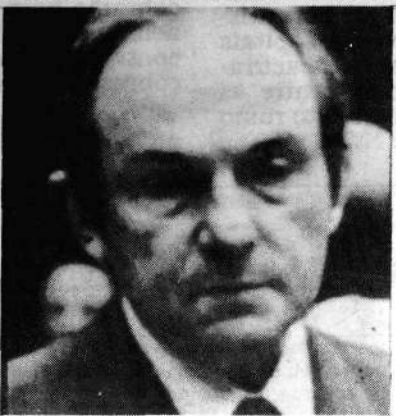
Emendas populares

No primeiro debate sobre as emendas populares a Comissão de Sistematização acolheu ontem o parecer do relator Bernardo Cabral, que aceitou a única emenda popular que preencheu todos os requisitos exigidos pelo regimento. A emenda trata do ensino religioso nas escolas de 1º e 2º graus e procede de Curitiba, com apoio de duas entidades evangélicas daquela capital e uma do Mato Grosso.

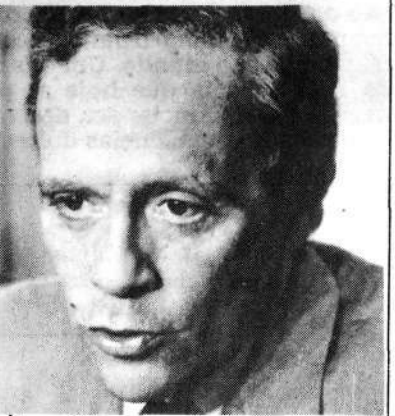
No debate da emenda, a Comissão de Sistematização inclusive se antecipou no exame de mérito, e prevaleceu o ponto de vista contrário da maioria de seus integrantes. Os constituintes entenderam que o ensino religioso deve ser facultativo, quando a emenda sugere que esse tipo de educação deve ser “garantido” pelo Estado, embora respeitando a liberdade religiosa.



Ulysses Guimarães



Bernardo Cabral



Alvaro Valle

E Bernardo Cabral fala de suas mágoas

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ficou magoado e considerou um gesto de desconfiança ao seu trabalho o projeto de resolução apresentado pelo deputado Alvaro Valle (PL-RJ). O parlamentar fluminense propôs que todos os constituintes também tenham o direito de apresentar substitutivos ao projeto de Constituição ou ao próprio substitutivo a ser elaborado por Cabral.

Magoado e tenso (o que não é do seu feitio), o relator repetiu várias vezes que isso demonstrava desconfiança no seu trabalho, pois ele é quem tem competência para apresentar substitutivos. Bernardo Cabral afirmou que durante a redação do regimento (que durou mais de dois meses) ninguém se preocupou com os poderes do relator-geral. E estranhou que a partir do momento de sua eleição para o cargo “todos estejam querendo diminuir e dividir os poderes e competências do relator”.

Alvaro Valle disse não ter tido a intenção de desconfiar do trabalho de Cabral. “Eu fui eleito para

fazer a futura Constituição, não para emendar o projeto de Bernardo Cabral”, explicou Valle, que atendeu para o fato de que, se o substitutivo do relator (que será formulado com base nas emendas populares e dos constituintes) não for aprovado, “a crise no Brasil terá data marcada: o que procuramos com o projeto é evitar esse risco”.

Pela proposta de Alvaro Valle, os substitutivos inscritos por pelo menos 188 constituintes terão preferência. Para apresentar esse seu projeto de resolução, o parlamentar colheu mais que as 187 assinaturas necessárias.

Outro ponto do regimento interno que vem sendo questionado é a falta de um cronograma para os debates em plenário. O regimento reservou 40 dias para as discussões, mas não disciplinou os temas dos debates, o que vem gerando um grande vazio na Assembléia Nacional, que trabalha desde o último dia 15 de forma desordenada e confusa. E o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não parece disposto a preocupar-se com isso.

Indagado ontem sobre o vazio da sessão plenária, Ulysses comentou: “Tem uma coisa que se chama aparelho de som em todos os gabinetes dos constituintes. Se houver alguma coisa, todos sabem e vão para o plenário. Eu mesmo saí às pressas por esse motivo”. Depois dessa afirmação inossa, Ulysses disse apenas que as lideranças partidárias estão estudando “a questão” de organização dos debates, que poderiam ser “esquentados” se os líderes tivessem interesse em organizar os temas.

Proposta apresentada ontem pelo líder do PDT, Bocayuva Cunha (RJ), prevê sessões extraordinárias às terças, quartas e quintas, pela manhã, de acordo com o seguinte calendário: dias 4 de agosto, educação e cultura; 5, Estado, União e município; 6, reforma agrária; 11 economia, propriedade, estatutos de empresa nacional; 12, direito trabalhista e liberdade sindical; 13, sistema de governo; 18, sistema eleitoral e voto distrital; 19, reforma urbana; e dia 20, saúde e previdência. Ulysses prometeu levar o cronograma aos líderes partidários para uma decisão.

O multipresidente prepara uma armadilha para evitar a aprovação do regime parlamentarista.

A MANOBRAS DE ULYSSES

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, está montando uma estratégia para bombardear a proposta de parlamentarismo já aprovada pela Assembléia. A manobra se concretizaria pela apresentação de uma emenda, através de um parlamentar, mas articulada pelo ministro Raphael de Almeida Magalhães, implantando o sistema parlamentar de governo em sua forma mais pura, inclusive com a eleição do presidente da República através do Congresso.

A informação foi prestada, ontem, por um líder do governo no

Congresso, também contrário ao parlamentarismo e segundo o qual o deputado Ulysses Guimarães está apenas aguardando o momento oportuno para torpedear a tese do parlamentarismo. Candidato à Presidência da República, ele não admite dividir o poder com um primeiro-ministro.

Ontem, o senador Fernando Henrique Cardoso, também contrário ao parlamentarismo, comentou sua preocupação sobre a possibilidade de que adoção do sistema venha a transformar o Congresso num verdadeiro “baile de negócios”, devido ao fisiologismo que,

em sua opinião, se acentuaria.

A respeito do assunto, ele admitiu ainda a elevação do grau de fisiologismo na Chamada Nova República e fez a seguinte revelação: “O ministro Aluisio Alves me disse que já tem pronta uma reforma administrativa que acabaria com esse tipo de fisiologismo”. Ele não soube explicar por que a iniciativa não foi encampada pelo presidente Sarney e disse que tais práticas se concentram sobretudo nas estatais. Para o senador, uma reforma administrativa que impedisse o empreguismo evitaria fisiologismo.

ANC P3